

Brasil faz pagamento simbólico de juros logo

O Governo brasileiro poderá acertar com o Comitê dos Bancos Credores os detalhes para um pagamento simbólico (**token payment**) dos juros da dívida externa, durante a terceira rodada de negociações que começa amanhã em Nova Iorque. Essa possibilidade foi admitida ontem pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, após reunir-se com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Hoje embarcam para os Estados Unidos o assessor especial do Ministério da Fazenda, Fernão Bracher, e o diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, que darão sequência às negociações da dívida com representantes do Comitê dos Bancos Credores.

Milliet afirmou que ainda não há nenhum compromisso formal do Brasil quanto ao envio do pagamento simbólico, destacando, entretanto, que "na evolução das negociações todas as hipóteses serão examinadas". Disse também que acredita no fechamento a curto prazo — até o final deste ano — de um acordo com os credores, uma vez que este ano "não está acontecendo a relutância habitual destes em concluir a negociação com o Brasil".

O presidente do Banco Central acrescentou que nesta rodada de negociação poderá ser definido

outro detalhe importante, que é a concordância dos credores privados em não mais fazer financiamentos vinculados ao Clube de Paris. Isso, segundo ele, deve-se ao fato de o Governo brasileiro ter suspenso apenas uma parte do pagamento dos juros ao Clube de Paris e grande parte dos juros devidos aos bancos privados, pois não recebeu novos aportes de recursos do Clube de Paris.

A moratória serviu como uma espécie de entrada de "dinheiro novo" ao País, proveniente dos juros que deixaram de ser pagos e assim os credores privados, indiretamente, supriram os recursos bloqueados pelo Clube de Paris.

Fernando Milliet reafirmou que o Brasil poderá fechar um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas somente depois de um entendimento com os bancos credores, que poderá abrir o caminho para a suspensão da moratória. Disse, entretanto, que o possível acordo formal com o FMI será de forma a não repetir os "erros" dos acordos anteriores com o Fundo.

— No passado, quando deixávamos de cumprir metas estabelecidas pelo FMI, ele suspendia o desembolso de novos recursos e, conseqüentemente, o sistema bancário internacional também suspendia os empréstimos. Isso

acontecia não por problemas da balança de pagamentos, que sempre teve um desempenho satisfatório, mas sim por problemas de economia interna, ressaltou Milliet.

Afirmou também que o Governo brasileiro, antes de fechar um acordo com o FMI, examinará a possibilidade de um repasse de recursos por parte do Banco Mundial e do governo japonês, que têm indicado uma disposição de fazer aportes significativos para ajudar no processo de negociação e desenvolvimento dos países endividados. Conhecidas estas condições é que nós vamos ver que tipo de acordo nos convirá ou não fazer com o FMI", complementou.

O presidente do BC confirmou que a proposta brasileira de negociação da dívida não sofrerá alterações nesta terceira fase de conversações com o Comitê de Bancos Credores. Ela continuará com uma parte convencional e outra não convencional. Na convencional o Brasil solicita financiamento por três anos com redução dos **spreads** (taxas de risco) para zero e um teto para a **Libor** (taxa referencial de juros do mercado interbancário de Londres). Na parte não convencional propõe-se a emissão de títulos de conversão da dívida a longo prazo com deságio (desconto).